Políticas públicas, financiamento, avaliação e gestão da educação

GESTÃO FINANCEIRA ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DESCENTRALIZADOS DA REDE ESTADUAL E DA REDE MUNIPAL DE SÃO PAULO ENTRE 2006 E 2009[i]

Mariana Peleje Viana[ii]
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)
mariana.viana@usp.br

Rubens Barbosa de Camargo[iii]
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)
rubensbc@usp.br

Resumo: O presente trabalho busca divulgar dados de pesquisa empírico-metodológica realizada em quatro escolas públicas de São Paulo (duas municipais e duas estaduais) com o intuito de levantar suas realidades financeiras, investigando sobre os montantes dos recursos que lhes são transferidos diretamente, a frequência de repasses, seus destinos e aplicações, processos de prestação de contas e os procedimentos participativos que envolvem sua gestão. O objetivo é o de contribuir com os estudos sobre as implicações das políticas públicas de descentralização de recursos financeiros assim como as dificuldades e avanços na implementação da gestão financeira democrática na escola.

Palavras-chave: gestão financeira escolar; recursos financeiros descentralizados; gestão democrática.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, a questão da formação do sujeito e sua educação constituem-se como requisitos para que as pessoas tenham melhores condições de vida e a acesso a bens e serviços disponíveis na sociedade. O direito a educação pública é hoje reconhecido como um direito fundamental a todos os cidadãos, consagrado no Brasil pela Constituição Federal de 1988. A educação constitui condição necessária para se usufruir de outros direitos constitutivos da cidadania e o acesso e a permanência na escola é um direito social, fundamental para transformação da sociedade e melhoria das condições de vida dos cidadãos, possível por meio de processos de ensino e de aprendizagem participativos que orientem a gestão do sistema escolar de forma democrática, visando a formação política e histórica dos sujeitos para a democracia, a participação política e a soberania dos interesses populares nas decisões políticas e sociais.

Nos anos 90, em que o Brasil passava por uma fase política de privatizações e de um enxugamento do Estado preconizado pelas políticas neoliberais, a questão do financiamento das políticas públicas passou a ser foco de maior atenção dos movimentos sociais que vinham lutando pela democratização do país e conquistando espaço na agenda política. A luta pela destinação de mais verbas para a educação pública no Brasil vem de longa data e a vinculação[iv] da receita líquida de impostos e de suas transferências intergovernamentais para a Educação, estabelecida pela Constituição Federal de 1988, não é suficiente para promover as condições necessárias à educação de qualidade, tendo em vista as falhas do sistema tributário e da administração dos cofres públicos.

No Brasil, programas de descentralização financeira têm sido implantados desde os anos 1980, e mais marcantemente a partir de 1995, com a criação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), por parte do governo federal. Estes programas passaram a garantir, mesmo que precariamente, um pequeno aporte de dinheiro para a solução de problemas mais imediatos da escola que não eram resolvidos a contento pelo poder público, significando uma ampliação do exercício da gestão democrática, do controle social, da participação e da autonomia da escola que se tornou a responsável pela gestão, utilização e prestação de contas destes recursos descentralizados por meio de procedimentos legais de maior praticidade para a transferência e utilização de recursos públicos.

O foco do trabalho em questão foi o levantamento da realidade da gestão financeira escolar, buscando conhecer quais são os programas dos governos federal, estadual e/ou municipal que transferem recursos financeiros descentralizados para as escolas públicas de São Paulo.

OS OBJETIVOS E A METODOLOGIA DA PRESENTE PESQUISA SOBRE GESTAO FINANCEIRA ESCOLAR

O objetivo final do trabalho em desenvolvimento é de analisar os procedimentos legais e administrativos, os montantes dos recursos financeiros descentralizados disponibilizados às escolas públicas de São Paulo, seus usos e processos participativos e decisórios na gestão da escola pública e, para tanto, a pesquisa selecionou quatro escolas (duas de Ensino Fundamental de cada rede pública), duas instâncias regionais das estruturas das Secretarias de Educação responsáveis pelas escolas (Diretoria Regional de Educação – na rede municipal – e

Diretoria Regional de Ensino – na rede estadual –, ou "DRE") e duas outras instâncias centrais das estruturas das Secretarias responsáveis pela destinação de recursos financeiros para as escolas.

A partir das escolas selecionadas, a pesquisa levantou, organizou e iniciou a análise da documentação legal e de prestação de contas dos recursos financeiros descentralizados disponibilizados às escolas, verificando extratos bancários, Notas Fiscais, registros e atas de reuniões dos Conselhos Escolares (CEs) e das Associações de Pais e Mestres (APMs). Tais procedimentos foram realizados por meio de visitas em campo e aplicação de instrumentos especificamente elaborados para o levantamento e a sistematização de dados quantitativos e qualitativos, organizando planilhas, tabelas, gráficos, questionários e entrevistas a serem feitas com diretores, coordenadores pedagógicos e membros participantes dos CEs e das APMs, e assistentes do departamento financeiro das DREs e órgãos centrais da Secretária de Educação, transcritas simultaneamente às entrevistas e então organizadas para possibilitar contínua análise e comparação dos dados e informações coletados.

As primeiras escolas selecionadas, denominadas Escolas 1 (municipal) e Escola 2 (estadual) tiveram os anos de 2007 e 2008 pesquisados quanto a seus recursos financeiros, posteriormente, buscou-se dados financeiros quanto ao ano de 2009 e estende-se a pesquisa para outras duas escolas, denominadas Escola 3 (municipal) e Escola 4 (estadual), além do âmbito de suas respectivas instâncias regionais (DRE municipal e DRE-estadual) e centrais (Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana de São Paulo – COGSP – e Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE no âmbito da Secretaria Estadual de Educação) e no Setor do Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF) no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Após esta fase de levantamento de dados e informações sobre a gestão financeira das escolas pesquisadas, constitui-se como objetivo futuro de desenvolvimento da pesquisa, a realização de uma análise teórica rigorosa dos dados recolhidos pelos instrumentos metodológicos de acordo com o cotejamento teórico de aspectos ligados às temáticas em questão, buscando contribuir para o aprimoramento de políticas educacionais de financiamento da escola de forma a se tornarem mais ágeis, flexíveis e transparentes, assim como, em função dos dados obtidos e analisados, elaborar uma proposta de um aporte adequado de recursos financeiros à escola pública (em termos de montantes, disponibilidades, procedimentos de gestão e prestação de contas dos recursos), procurando viabilizar o trabalho

escolar tanto no sentido de sua gestão democrática quanto no sentido da melhoria da qualidade do ensino.

Na apresentação em questão, pretende-se realizar a divulgação dos dados quantitativos coletados, sistematizados no capitulo a seguir. Ressalta-se, portanto, que o presente trabalho não pretende apresentar os resultados acerca de sua pesquisa qualitativa, ou seja, se optou aqui por apresentar os dados quantitativos sobre os recursos financeiros das escolas investigadas (aqueles obtidos pela análise de seus documentos de prestação de contas, Notas Fiscais e extratos bancários), enquanto os resultados qualitativos (obtidos através das entrevistas quanto às concepções dos sujeitos envolvidos na gestão escolar sobre os recursos transferidos e a gestão democrática da escola) – merecem sistematização mais rigorosa, passível de ser apresentada apenas em gráficos e tabelas e será feita em futura apresentação.

OS RECURSOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS ÀS ESCOLAS DE SÃO PAULO ENTRE 2007 E 2009

Os instrumentos construídos para o levantamento da realidade financeira das escolas pesquisadas permitem apresentar os montantes dos recursos que lhes são transferidos, a quantidade de repasses ao ano, o valor/aluno/ano, os destinos e as aplicações dos recursos, entre outros detalhes que, inclusive, permitem apresentar também como se deu a gestão destes recursos, por meio das entrevistas realizadas com diretor, coordenador pedagógico, membro da Associação de Pais e Mestres (APM) e do Conselho de Escola (CE), além de apresentar os montantes e informações sobre os recursos próprios das escolas (aqueles arrecadados por elas mesmas em festas juninas, doações e contribuições de associados da APM etc.)

As entrevistas realizadas nas quatro escolas pesquisadas com seus respectivos diretores, coordenadores pedagógicos e membros da APM, buscaram investigar sobre como se dá o processo decisório para o gasto das verbas disponibilizadas para a escola, se há um diálogo efetivo entre escola, comunidade e diretor nas reuniões de CE e APM para tomar essas decisões, além de conter blocos de questões que buscaram levantar também as impressões destes sujeitos sobre autonomia escolar, participação da comunidade na gestão, implementação do projeto político pedagógico das escolas, escolha do diretor escolar entre outras questões que se relacionam direta ou indiretamente com o funcionamento dos programas governamentais de destinação de recursos às escolas de maneira descentralizada.

Uma das questões da entrevista, por exemplo, que se refere aos recursos financeiros que chegam às escolas segue abaixo:

Entrevistador: *Quais são as principais fontes de recursos financeiros que chegam à sua escola? Quais os seus respectivos montantes anuais? Quem os define?*

Coordenadora Pedagógica da Escola 4 (estadual): *"Eu sei que vem uma verba que vem para complementar a merenda. Tem uma verba que vem, que, inclusive as crianças vão ao teatro logo, do programa "Cultura é Currículo": vem uma verba para o ônibus, para o lanche.*

E quando tem passeios extra-curriculares, também a APM ajuda.

Agora que vem verba para material, vem, eu sei. A direção pergunta que material está precisando e aí eu digo e eles compram tudo que a gente precisa. Material para aula de artes, Ed. Física, pedagógicos em geral.

Sei que são fixas. Por exemplo, no "cultura e currículo" vem R$900 para o ônibus e R$240 para o lanche (checou em caderno) e são 40 alunos e 2 professores que vão, é uma verba fechada, quem manda é a FDE.(...)

Por meio da leitura desse trecho podemos perceber que a coordenadora conhece algumas das verbas que são transferidas, em contrapartida não conhece o valor das verbas e quem as envia.

Ainda em relação à investigação sobre como ocorreu a gestão dos recursos financeiros das quatro escolas pesquisadas quanto ao período de 2007 a 2009, foram pesquisadas as atas do CE e APM para o entendimento desses mecanismos de gestão na escola, tendo em vista a forma de gestão dos recursos financeiros e a apreensão de quais papéis esses mecanismos assumem nas decisões financeiras. Através da leitura das atas foi possível recolher informações sobre como é realizada a eleição e a dificuldade de encontrar pessoas da escola dispostas a participar desses mecanismos. Outro dado relevante é o fato de que muitas das reuniões que, por lei, deveriam ser utilizadas para tratar também da gestão financeira dos recursos que chegam à escola são utilizadas para tratar de diversos problemas da escola, como o comportamento de alunos, entre outros. O instrumento para análise das atas permite visualizar quantas pessoas estavam presentes, qual assunto foi abordado na reunião, além do número de reuniões por ano e quantas trataram especificamente do assunto a respeito da gestão financeira escolar. Para uma demonstração acerca do instrumento utilizado para

sistematização e análise das atas, apresenta-se a tabela abaixo referente as atas da Associação de Pais e Mestres da Escola 4 no ano 2009.

Tabela 1: Análise das Atas da APM de 2009 da Escola 4 de acordo com o tema Gestão Democrática de Recursos Financeiros

Ano:	2009	**Composição do CE em conjunto com APM:**	De 21 membros da APM, 10 também eram membros do CE.	
Total de reuniões:	3	**Total de reuniões que trataram do tema Gestão Financeira Escolar:**	1	
Data da ata	**Assuntos Específicos sobre Gestão Financeira Escolar**		**Assuntos afins**	**Nº participantes**
10/02/09	–		Administração da cantina escolar	13
11/05/09			Eleição dos novos associados e discussão de assuntos gerais	100
12/11/09	Decidir sobre a doação de materiais permanentes adquiridos com a verba do convenio FNDE/MEC			13

Quanto a esta tabela síntese, tem-se que do total de três reuniões da APM em 2009, apenas uma tratou especificamente sobre o tema gestão financeira escolar, contando com a participação de apenas treze pessoas para decidir sobre doação de materiais permanentes adquiridos com a verba do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em relação à investigação sobre os recursos financeiros das Escolas 1, 2, 3 e 4, a coleta de dados com os instrumentos especificamente construídos para analisar Notas Fiscais e documentos de prestação de contas das escolas permitiu a construção de Tabelas Sínteses comparativas, apresentadas a seguir.

Tabela 2: Síntese cronológica dos recursos financeiros descentralizados no período de 2007 a 2009 da Escola 1 (municipal)

	2007						2008						2009					
	Número de alunos:				853		Número de alunos:				823		Número de alunos:				799	
Recursos financeiros descentralizados	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado (R$)**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**
Transferidos																		
PDDE	1	6.657,80	8,2%	7,81	6.657,80	7,81	1	9.848,10	11,4%	11,97	9891,84	12,02	1	9.942,60	13,0%	12,44	9.942,60	12,44
PTRF	3	40.880,00	50,5%	48,78	28.953,91	33,94	3	40.661,10	47,0%	49,41	48477,29	58,90	3	40.780,35	53,2%	51,04	39.268,31	49,15
Verba de Adiantamento	10	32.000,00	39,5%	38,19	30.275,86	35,49	4	34.000,00	39,3%	41,31	33980,22	41,29	4	24.000,00	31,3%	30,04	23.996,00	30,03
Subtotal de Rec. Transferidos	**14**	**79.537,80**	**98,2%**	**94,78**	**65.887,57**	**77,24**	**8**	**84.509,20**	**97,6%**	**102,68**	**92349,35**	**112,21**	**8**	**74.722,95**	**97,6%**	**93,52**	**73.206,91**	**91,62**
Próprios																		
Arrecadações: rifas, venda de materiais, festas, festa junina.	_	1.378,00	1,7%	1,62	1.764,83	2,07	_	2.083,85	2,4%	2,53	1296,05	1,57	_	1.861,37	2,4%	2,33	1.861,37	2,33
Parcerias: -	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Outros: -	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Subtotal de Rec. Próprios	**_**	**1.378,00**	**1,7%**	**1,62**	**1.764,83**	**2,07**	**0**	**2.083,85**	**2,4%**	**2,53**	**1296,05**	**1,57**	**0**	**1.861,37**	**2,4%**	**2,33**	**1.861,37**	**2,33**
TOTAL DE RECURSOS (Transferidos + Próprios)	**14**	**80.915,80**	**100,0%**	**94,86**	**67.652,40**	**79,31**	**8**	**86.593,05**	**100,0%**	**105,22**	**93.645,40**	**113,79**	**8**	**76.584,32**	**100,0%**	**95,85**	**75.068,28**	**93,95**
Aplicação geral dos recursos	**Valor (R$)**		**%**	**Valor/aluno (R$)**			**Valor (R$)**		**%**	**Valor/aluno (R$)**			**Valor (R$)**		**%**	**Valor/aluno (R$)**		
Material de Consumo (Material de apoio pedagógico, esportivo, expediente, processamento de dados, eletrônicos e elétricos, para confecção ou manutenção de bens móveis	R$ 34.020,43		50,3%	R$ 39,88			R$ 56.457,16		60,3%	R$ 68,60			R$ 47.781,78		64,6%	R$ 59,80		
Material Permanente (Equipamentos para áudio, vídeo e foto e laboratório. Material para manutenção de bens móveis e imóveis. Mobiliário. Máquinas e	R$ 7.794,42		11,5%	R$ 9,14			R$ 13.184,97		14,1%	R$ 16,02			R$ 7.811,94		10,6%	R$ 9,78		
Serviços de terceiros (Serviços de alvenaria, marcenaria, hidráulicos, contábeis, de pintura, reparos, de chaveiro, confecção de mobiliário, entre outros.)	R$ 20.256,56		29,9%	R$ 23,75			R$ 23.052,39		24,6%	R$ 28,01			R$ 16.964,90		22,9%	R$ 21,23		
Transporte (Excursões referente ao projeto ped.)	R$ 4.536,00		6,7%	R$ 5,32			R$ 0,00		0,0%	R$ 0,00			R$ 630,00		0,9%	R$ 0,79		
Tarifas, Taxas, etc. (CPMF, tarifas de extrato e manutenção conta corrente.)	R$ 400,16		0,6%	R$ 0,47			R$ 360,65		0,4%	R$ 0,44			R$ 458,95		0,6%	R$ 0,57		
Outros (Frete para entrega de material comprado. Complementação a verba PDDE e PTRF. Flores e doces	R$ 645,13		1,0%	R$ 0,76			R$ 590,23		0,6%	R$ 0,72			R$ 366,00		0,5%	R$ 0,46		
TOTAL APLICADO:	R$ 67.652,70		100,0%	R$ 79,31			R$ 93.645,40		100,0%	R$ 113,79			R$ 74.013,57 (*)		100,0%	R$ 92,63		

(*) Não há arquivos na escola com informações sobre a categoria das aplicações com os recuross próprios em 2009, portanto, o valor total de recursos financeiros da escola (R$75.068,28) é superior ao valor total de recursos aplicados (R$74.013,57) no ano de 2009.

Tabela 3: Síntese cronológica dos recursos financeiros descentralizados no período de 2007 a 2009 da Escola 2 (estadual)

	2007						2008						2009					
	Número de alunos:				480		Número de alunos:				492		Número de alunos:				487	
Recursos financeiros descentralizados	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/ aluno (R$)**	**Valor aplicado (R$)**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**
Transferidos																		
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	1	3.582,00	9,8%	7,46	3.582,00	7,46	1	3.577,80	7,9%	7,27	3.577,80	7,27	1	3.691,20	14,3%	7,58	3.691,20	7,58
Programa de Enriquecimento da Merenda Escolar (PEME)	5	7.668,00	20,9%	15,98	7.668,00	15,98	5	6.520,00	14,4%	13,25	6.520,00	13,25	4	4.660,00	97,1%	9,57	4.660,00	9,57
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento (DMPP)	3	3.055,00	8,3%	6,36	3.055,00	6,36	2	4.898,00	10,8%	9,96	4.898,00	9,96	3	3.931,00	15,3%	8,07	3.931,00	8,07
Despesas com pagamento de aquisição de gás	1	520,00	1,4%	1,08	525,00	1,09	2	496,32	1,1%	1,01	496,32	1,01	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Despesas com Manutenção de Equipamento de Informática	1	500,00	1,4%	1,04	500,00	1,04	1	300,00	0,7%	0,61	300,00	0,61	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
FDE - Despesa com Manutenção e Prestação de Serviços	3	17.656,40	48,2%	36,78	17.799,72	37,08	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Despesas c/ Pagto. de Outros Serviços e Encargos - Pessoa Jurídica - p/ SAPES	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	1	616,00	1,4%	1,25	616,00	1,25	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Verba FDE/APM - Alimentação	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	4	1.440,00	3,2%	2,93	1.363,21	2,77	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Verba FDE/APM -Manutenção do Prédio	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	3	10.573,60	23,3%	21,49	10.467,61	21,28	3	4.799,00	18,6%	9,85	4.807,90	9,87
Verba FDE/APM - Mutirão Trato na Escola	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	1	7.000,00	15,5%	14,23	7.086,53	14,40	1	7.900,00	30,7%	16,22	7.900,00	16,22
Verba FDE/APM - Locação de Ônibus	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	4	4.500,00	9,9%	9,15	3.150,00	6,40	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Verba FDE/APM - Mutirão Higiene e Saude	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	1	754,50	2,9%	1,55	754,50	1,55
Subtotal de Rec. Transferidos	**14**	**32.981,40**	**90,1%**	**68,71**	**33.129,72**	**69,02**	**24**	**39.921,72**	**88,1%**	**81,14**	**38.475,47**	**78,20**	**13**	**25.735,70**	**100,0%**	**52,85**	**25.744,60**	**52,86**
Próprios																		
Arrecadações: outdoors nos muros da escola; contribuições espontâneas de alunos e empreas, festa junina.	_	3.633,69	9,9%	7,57	(*)	(*)	_	5.380,95	11,9%	10,94	5.589,13	11,36	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Parcerias: -	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Outros: -	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Subtotal de Rec. Próprios	_	**3.633,69**	9,9%	**7,5702**	**(*)**	**(*)**	_	**5.380,95**	11,9%	**10,94**	**5.589,13**	**11,36**	**0**	**0,00**	0,0%	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DE RECURSOS (Transferidos + Próprios)	**14**	**36.615,09**	100,0%	**76,281**	**(*)**	**(*)**	**24**	**45.302,67**	100,0%	**92,08**	**44.064,60**	**89,56**	**14**	**25.735,70**	**100,0%**	**52,85**	**25.744,60**	**52,86**
Aplicação geral dos recursos	**Valor (R$)**		**%**	**Valor/aluno (R$)**			**Valor (R$)**		**%**	**Valor/aluno (R$)**			**Valor (R$)**		**%**	**Valor/aluno (R$)**		
Material de Consumo: Material para manutenção de bens imobiliarios, Material de limpeza, produtos para higienização, Gás de petróleo liquefeito, material pedagógico, de expediente, esportivo, farmocológico e gêneros de alimentação.	R$ 14.657,32		44,2%	R$ 30,54			R$ 24.684,72		56,0%	R$ 50,17			R$ 10.220,77		39,7%	R$ 20,99		
Material Permanente: Máquinas para serviços gerais, fechadura. Materiais para construção e paisagismo. Equipamentos para áudio, vídeo e foto. Peças não incorporáveis à imóveis (cortinas, tapetes etc.).	R$ 716,40		2,2%	R$ 1,49			R$ 5.503,19		12,5%	R$ 11,19			R$ 4.234,24		16,4%	R$ 8,69		
Serviços de terceiros: Serviço de locação, reparo de extintor, Serviço de Assistência Técnica - Computadores, manutenção de equipamentos, alvenaria e pintura, reparos.	R$ 15.575,78		47,0%	R$ 32,45			R$ 6.849,33		15,5%	R$ 13,92			R$ 9.347,15		36,3%	R$ 19,19		
Transporte: Passeios e excursões pedagógicas, valet de estacionamento, frete para transporte de materiais.	R$ 0,00		0,0%	R$ 0,00			R$ 292,00		0,7%	R$ 0,59			R$ 0,00		0,0%	R$ 0,00		
Impostos, Tarifas, Taxas, etc.: IRRF, ISS e INSS. Sobra de verba - Recolhimento MEC/FNDE referente ao PEME (R$ 72,50). Multa por atraso em entrega de declaração, DARF e TFE/Exercício 2008.	R$ 2.180,22		6,6%	R$ 4,54			R$ 1.750,29		4,0%	R$ 3,56			R$ 1.710,35		6,6%	R$ 3,51		
Outros: Contratação de funcionário pela APM, Verba devolvida ao PEME - Recolhida	R$ 0,00		0,0%	R$ 0,00			R$ 4.985,07		11,3%	R$ 10,13			R$ 232,09		0,9%	R$ 0,48		
TOTAL APLICADO:	**R$ 33.129,72**		**100,0%**	**R$ 69,02**			**R$ 44.064,60**		**100,0%**	**R$ 89,56**			**R$ 25.744,60**		**100,0%**	**R$ 52,86**		

(*) Dados sobre a aplicação dos recursos próprios da Escola 2 em 2007 e 2009 não puderam ser sistematizados devido a desorganização da fonte de dados na escola.

Tabela 4: Síntese cronológica dos recursos financeiros descentralizados no período de 2007 a 2009 da Escola 3 (municipal)

	2007						2008						2009					
	Número de alunos:				1.100		Número de alunos:				1.058		Número de alunos:				1.061	
Recursos financeiros descentralizados	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado (R$)**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**
Transferidos																		
PDDE (3)	1	8.825,00	12,3%	8,02	0,00	0,00	1	12.885,90	16,4%	12,18	12.877,90	12,17	1	14.398,20	18,5%	13,57	13.081,36	12,33
PTRF	3	43.200,00	60,0%	39,27	39.527,90	35,93	3	42.696,30	54,2%	40,36	41.720,05	39,43	3	42.863,25	55,0%	40,40	43.005,18	40,53
Verba de Adiantamento (1)	4	18.000,00	25,0%	16,36	0,00	0,00	4	18.000,00	22,9%	17,01	0,00	0,00	4	18.000,00	23,1%	16,97	0,00	0,00
Subtotal de Rec. Transferidos	**8**	**70.025,00**	**97,3%**	**63,66**	**39.527,90**	**35,93**	**8**	**73.582,20**	**93,4%**	**69,55**	**54.597,95**	**51,60**	**8**	**75.261,45**	**96,5%**	**70,93**	**56.086,54**	**52,86**
Próprios (2)																		
Arrecadações:Contribuições de associados e festa junina.	_	1.939,10	2,7%	1,76	0,00	0,00	_	5.173,61	6,6%	4,89	0,00	0,00	_	2.710,49	3,5%	2,55	0,00	0,00
Parcerias: -	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Outros: -	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Subtotal de Rec. Próprios		**1.939,10**	**2,7%**	**1,76**	**0,00**	**0,00**	**0**	**5.173,61**	**6,6%**	**4,89**	**0,00**	**0,00**	**0**	**2.710,49**	**3,5%**	**2,55**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DE RECURSOS (Transferidos + Próprios)	**8**	**71.964,10**	**100,0%**	**65,42**	**39.527,90**	**35,93**	**8**	**78.755,81**	**100,0%**	**74,44**	**54.597,95**	**51,60**	**8**	**77.971,94**	**100,0%**	**73,49**	**56.086,54**	**52,86**
Aplicação geral dos recursos (4)	**Valor (R$)**			**%**	**Valor/aluno (R$)**		**Valor (R$)**			**%**	**Valor/aluno (R$)**		**Valor (R$)**			**%**	**Valor/aluno (R$)**	
Material de Consumo Laminas para microscópio, manequim natural, fax, xadrez, pastilhas de mosaico. Material para confeccção de palco e mesa. Vitral facil. Plastificadora. Material de papelaria, brinquedoteca, educação artistica, tecido, cortinas, manutenção de escadas, DVD'S, Material esportivo. Material para projeto de matemática, dvds etc. Lixeira, caixas para organizar materiais. Caixas para armazenamento de materiais didáticos. Escovas dentais para projeto saúde na escola. Carregador e bateria de pilhas. Caixas, livros paradidáticos, material de serralheria, chaveiros, xerox, microfones etc	R$ 25.639,15			64,9%	R$ 30,06		R$ 33.893,58			62,1%	R$ 41,18		R$ 26.001,51			46,4%	R$ 32,54	
Material Permanente Aparelho de TV, DVD e filmesAtlas historico basico, camera e tripe, microscopio binocular e esqueleto, mesa de ping pong e palco. Confecção em alvenaria, mesas, escada de aluminio e aço, amplificador de violão e microfone. notebook, balança de medida, rádio, gravador, escada extensiva de fibra, armário guarda volume. Aparelho de TV, DVD e gravador de DVD, Som. Microfones, mesa de som, amplificador. armário Organizador de chaves. Walk talk/Talk about. DVD, Ventilador, filmadora digital, plastificadora, armário, data show etc.	R$ 7.154,00			18,1%	R$ 8,39		R$ 11.955,28			21,9%	R$ 14,53		R$ 21.053,30			37,5%	R$ 26,35	
Serviços de terceiros Serralheria. Serviços de contabilidade, serralheria em grades e portões, limpeza de caixa d'agua, instalação de iluminação emergencial. Marcenaria / Alvenaria. Conserto de aparelho de som. Serviço de reparo na rede lógica, istalaçao elétrica. Serviços de contabilidade, limpeza de caixa d'água, instalação de ventiladores, reparos em impressora.	R$ 3.654,00			9,2%	R$ 4,28		R$ 5.195,00			9,5%	R$ 6,31		R$ 7.476,80			13,3%	R$ 9,36	
Transporte Excursão de alunos para banco real. Excursão de alunos.	R$ 2.160,00			5,5%	R$ 2,53		R$ 1.400,00			2,6%	R$ 1,70		R$ 0,00			0,0%	R$ 0,00	
Tarifas, Taxas, etc. CPMF, TARIFA DE MANUTENÇÃO DE CONTA, TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO. Registro de Ata.	R$ 414,75			1,0%	R$ 0,49		R$ 388,67			0,7%	R$ 0,47		R$ 1.554,93			2,8%	R$ 1,95	
Outros Apresentação, ingressos, locação de tobogãs e cama elástica. Compra de ingressos para excursão para o museu e apresentaçoes. Cópia de chaves.	R$ 506,00			1,3%	R$ 0,59		R$ 1.765,00			3,2%	R$ 2,14		R$ 0,00			0,0%	R$ 0,00	
TOTAL APLICADO:	**R$ 39.527,90**			**100,0%**	**R$ 46,34**		**R$ 54.597,53**			**100,0%**	**R$ 66,34**		**R$ 56.086,54**			**100,0%**	**R$ 70,20**	

(1) Apesar do vice-diretor da escola e do diretor executivo da APM terem informado em entrevista que houve o recebimento da verba de adiantamento nos anos de 2007 a 2009, não haviam arquivos de prestação de contas desta verba na escola nem na DRE, informando que a escola não precisaria manter arquivo destes documentos. A DRE, em processo de mudança de prédio, informou que estes documentos já estavam no arquivo morto da PSMP e informou que não seria possível a coleta desses dados. Para efeito de estimativa, com base na informação em entrevista na DRE com responsável pela verba de adiantamento, foi lançado o valor de R$4.500,00 por trimestre (ou R$ 18.000,00 por ano).

(2) Não há arquivos na escola com informações sobre a categoria das aplicações com os recursos próprios nos anos de 2007 a 2009, portanto, o valor total de recursos financeiros da escola é superior ao valor total de recursos aplicados.

(3) Não há planilhas de prestação de contas do PDDE 2007. Dados coltados a partir de atas do APM, portanto, não houve informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos.

(4) As informações sobre a aplicação de recursos dependeram da organização dos dados da escola, pois quanto aos recursos próprios, há documentos apenas sobre os valores coletados, mas não quanto as despesas. Quanto aos dados do PDDE de 2007, também houve dificuldade para colta de informações financeiras, já que a escola não apresentava a documentação de prestação de contas oficial do FNDE em seus arquivos, portanto, os dados sobre os valores tansferidos foram coletados a partir do livro de atas de reuniões da APM de 2007, onde não haviam inforações quanto as despesas com este recurso em 2007. Sendo assim, as informações relevantes quanto a aplicação dos recursos vieram essencialmente da documentação dos recursos do PTRF (2007 a 2009) e do PDDE (2008 e 2009), já que não havia informações quanto a verba de adiantamento ou recursos próprios.

Tabela 5: Síntese cronológica dos recursos financeiros descentralizados no período de 2007 a 2009 da Escola 4(estadual)

	2007						2008						2009					
	Número de alunos:				685		Número de alunos:				462		Número de alunos:				427	
Recursos financeiros descentralizados	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado (R$)**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**	**Nº rep.**	**Montante (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor aplicado**	**Valor aplicado/ aluno (R$)**
Transferidos																		
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	0	4.672,20	28,2%	6,82	(1)	(1)	0	4.679,40	13,2%	10,13	(1)	(1)	0	3.724,80	14,5%	8,72	(1)	(1)
Programa de Enriquecimento da Merenda Escolar (PEME)	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento (DMPP)	9	7.181,25	43,3%	10,48	7.181,35	10,48	5	4.831,00	13,6%	10,46	4.831,00	10,46	0	11.260,50	43,7%	26,37	12.056,65	28,24
Despesas com pagamento de aquisição de gás	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Despesas com Manutenção de Equipamento de Informática	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
FDE - Despesa com Manutenção e Prestação de Serviços	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	10.685,00	30,2%	23,13	9.466,91	20,49	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Despesas c/ Pagto. de Outros Serviços e Encargos - Pessoa Jurídica - p/ SAPES	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Verba FDE/APM -Manutenção do Prédio	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	3	4.912,00	13,9%	10,63	4.912,00	10,63	2	2.908,80	11,3%	6,81	2.195,13	5,14
Verba FDE/APM - Mutirão Trato na Escola	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	7.000,00	19,8%	15,15	7.000,00	15,15	1	7.200,00	28,0%	16,86	7.199,00	16,86
Verba FDE/APM - Locação de Ônibus	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	4	2.500,00	7,1%	5,41	1.800,00	3,90	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Verba FDS/APM - Mutirão Higiene	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	1	663,00	2,6%	1,55	663,00	1,55
Verba FDE/APM Escola da Família	0	4.728,30	28,5%	6,90	4.198,30	6,13	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Verba FDE/APM Alimentação	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	3	800,00	2,3%	1,73	800,00	1,73	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Subtotal de Rec. Transferidos	**9**	**16.581,75**	**100,0%**	**24,21**	**11.379,65 (1)**	**16,61 (1)**	**12**	**35.407,40**	**100,0%**	**76,64**	**28.809,91 (1)**	**62,36 (1)**	**4**	**25.757,10**	**100,0%**	**60,32**	**22.113,78 (1)**	**51,79 (1)**
Próprios																		
Arrecadações: outdoors nos muros da escola; contribuições espontâneas de alunos e empreas, festa junina.	–	(2)	0,0%	(2)	(2)	0,00	0	(2)	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	(2)	0,0%	0,00	(2)	0,00
Parcerias: -	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Outros: -	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
Subtotal de Rec. Próprios	–	**0,00**	0,0%	**0**	0,00	0	–	**0,00**	0,0%	**0,00**	**0,00**	**0,00**	–	**0,00**	0,0%	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DE RECURSOS (Transferidos + Próprios)	**0**	**16.581,75**	**100,0%**	**24,21**	**11.379,65 (1)**	**16,61 (1)**	**0**	**35.407,40**	**100,0%**	**0,00**	**28.809,91 (1)**	**62,36 (1)**	**0**	**25.757,10**	**100,0%**	**60,32**	**22.113,78 (1)**	**51,79 (1)**

Aplicação geral dos recursos	**Valor (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**	**Valor (R$)**	**%**	**Valor/aluno (R$)**
Material de Consumo: material expediente; material de processamento de dados; material de apoio pedagógico; material de copa e cozinha; material de limpeza, produtos para higienização; produtos para higiene pessoal (saboneteira, suporte de copos);	R$ 9.359,65	82%	R$ 13,66	R$ 14.267,92	44,5%	R$ 30,88	R$ 1.126,65	4,5%	R$ 2,64
Material Permanente: hidraulicos; utensílios e equipamentos elétricos (força e distribuição); material para construção (canos, tubos, mangueiras),equipamentos para manutenção predial, jardinagem, filtragem de água	R$ 0,00	0%	R$ 0,00	R$ 3.503,47	11%	R$ 7,58	R$ 6.709,97	27%	R$ 15,71
Serviços de terceiros: serviços gráficos (confecção de provas); manutenção e montagem de bens móveis e imóveis/Instalações (elétrica, reparo fiação, retirada de calha, instalação lousas); ; serviço operacional;	R$ 2.020,00	18%	R$ 2,95	R$ 11.863,01	37%	R$ 25,68	R$ 17.317,16	69%	R$ 40,56
Transporte:	R$ 0,00	0%	R$ 0,00	R$ 1.800,00	5,6%	R$ 3,90	R$ 0,00	0,0%	R$ 0,00
Impostos, Tarifas, Taxas, etc.: GPS	R$ 0,00	0%	R$ 0,00	R$ 589,83	2%	R$ 1,28	R$ 0,00	0,0%	R$ 0,00
Outros:	R$ 0,00	0%	R$ 0,00	R$ 47,50	0,1%	R$ 0,10	R$ 0,00	0,0%	R$ 0,00
TOTAL APLICADO (3):	**R$ 11.379,65**	**100%**	**R$ 16,61**	**R$ 32.071,73**	**100%**	**R$ 69,42**	**R$ 25.153,78**	**100%**	**R$ 58,91**

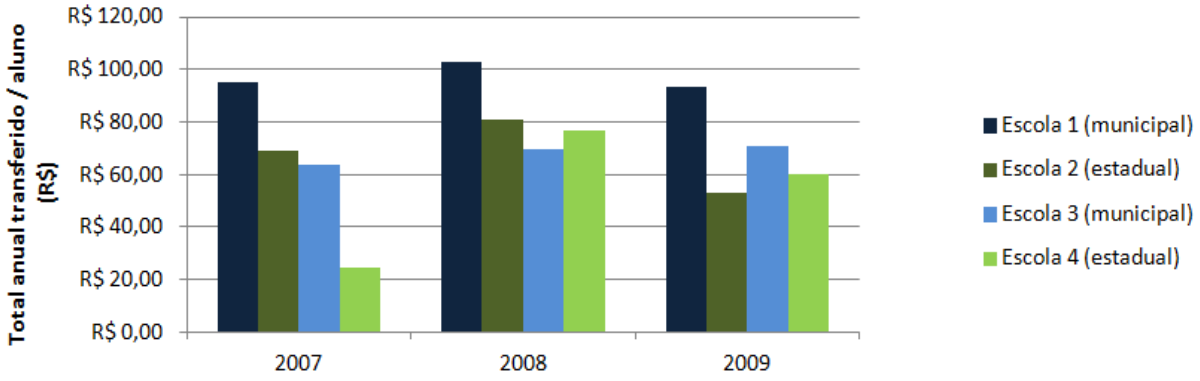
(1) Não há arquivos na escola com informações sobre a categoria das aplicações com os recursos do PDDE, pois na verdade a escola não arquivou os documentos de prestação de contas deste programa. Portanto, os dados sobre o valor transferido foram coletados a partir do website do FNDE, que não apresentava o valor aplicado pela escola ou seus destinos.

(2) Nos arquivos da escola, não haviam informações sobre recursos próprios.

(3) Lembramos que o total dos recursos aplicados pela escola não inclui a aplicação dos recursos do PDDE, já que não há dados sobre esta aplicação nem na escola nem no site do FNDE.

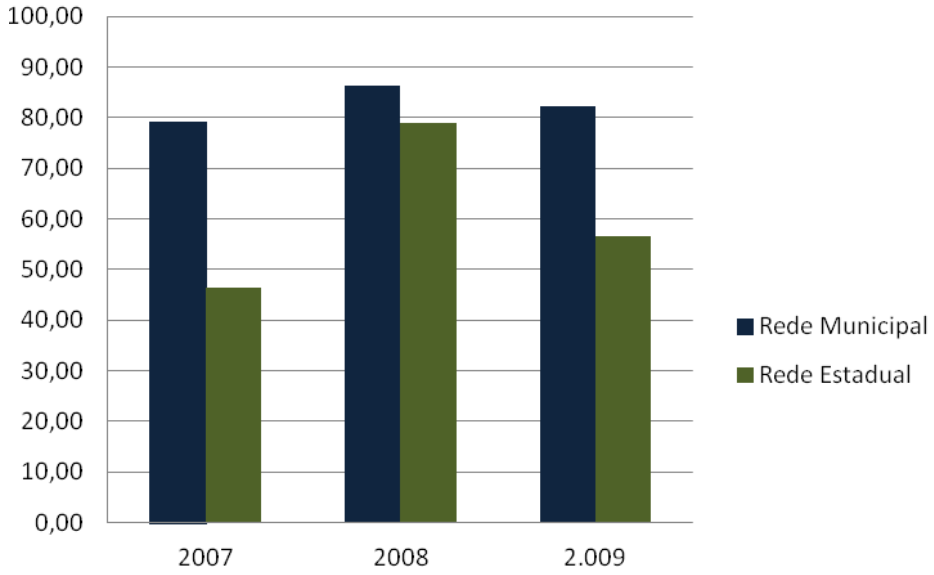
A fim de sintetizar os dados coletados acima, as tabelas apresentadas permitem a elaboração dos gráficos a seguir, onde se torna possível uma série de recortes e comparações entre os dados coletados, com ênfase nos montantes recebidos pelas escolas, suas frequentes aplicações, comparação entre as redes etc.

Gráfico 1: Comparação entre média per capta dos recursos transferidos às escolas municipais e estaduais pesquisadas



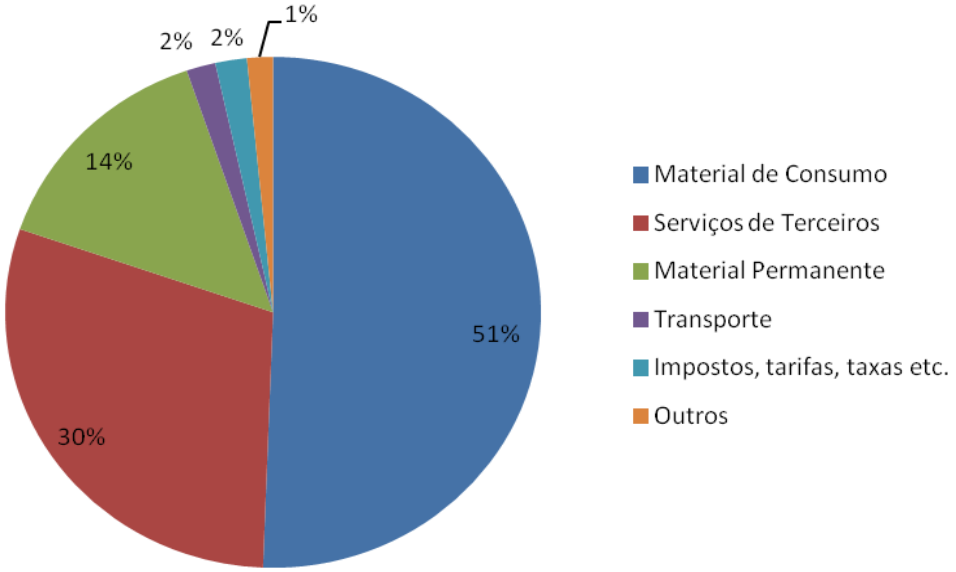
O Gráfico 1 acima permite visualizar que as escolas da rede municipal que foram pesquisadas (Escolas 1 e 3, em azul) recebem mais recursos do que as escolas estaduais (Escolas 2 e 4, em verde), com valores transferidos em torno de R$60,00 a R$100,00 por aluno/ano às escolas municipais, e valores entre R$20,00 e quase R$80,00 transferidos às escolas estaduais (considerando os anos pesquisados: 2007, 2008 e 2009), assim como demonstrado também pelo Gráfico 3:

Gráfico 3: Média da amostra do valor per capta por rede



A partir da análise dos documentos de prestação de contas das escolas e das Notas Fiscais das despesas realizadas com os recursos financeiros que a elas eram disponibilizados, podemos criar também o Gráfico 4 apresentado a seguir, que permite visualizar a média de despesas das quatro escolas pesquisadas no período de 2007 a 2009.

Gráfico 4: Média de despesas per capta das Escolas 1, 2, 3 e 4 no período de 2007 a 2009

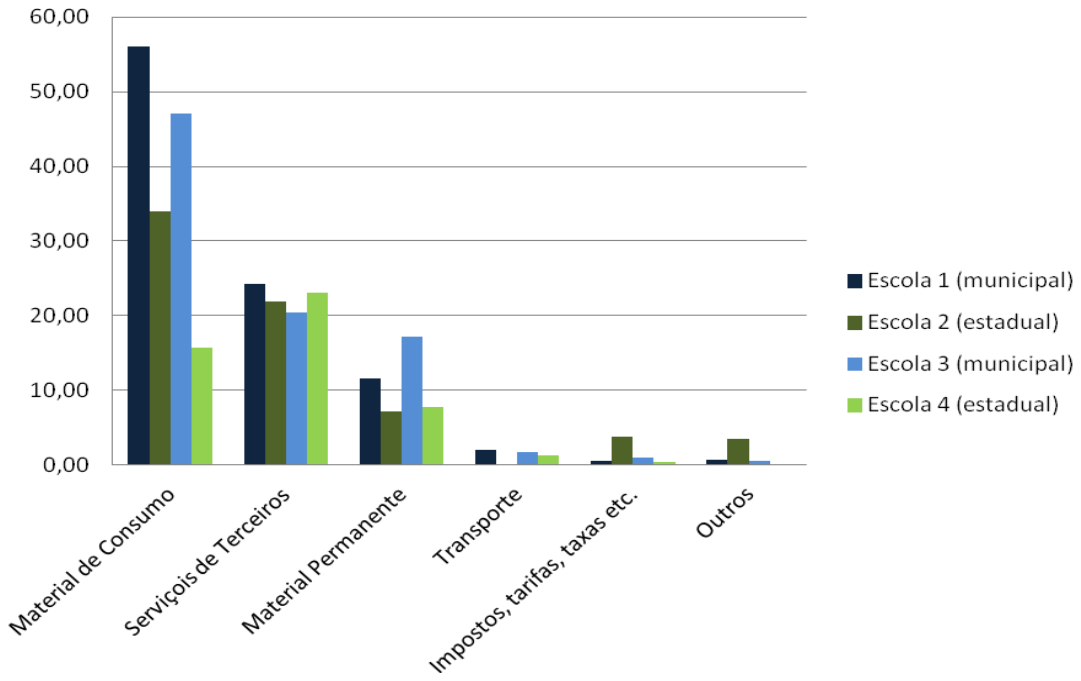


Observa-se que a maior despesa das escolas pesquisadas é classificada como material de consumo, que significa despesas com materiais de uso cotidiano da escola, não permanentes, tais como materiais pedagógicos, de expediente, esportivo, alimentícios ou para manutenção, por exemplo. A segunda maior despesa da escola é com serviços de terceiros, essencialmente com serviços de alvenaria, serralheria e manutenção de móveis e do prédio em geral. A terceira maior despesa da escola é com materiais permanentes, o que seriam aqueles que serão doados à escola, como móveis, equipamentos elétricos e/ou eletrônicos, tais como TV, aparelhos de som e DVD, microscópios, armários etc. Em menor quantidade, estão despesas com transporte para excursão de alunos, impostos, tarifas e taxas para manutenção das contas bancárias da APM e outras aplicações que não se enquadraram nas classificações anteriores, como flores para festa de graduação de alunos entre outras despesas de menor frequência.

O Gráfico 5 apresentado abaixo, também apresenta visualização das categorias de despesa das escolas a partir da média per capta de gastos entre os anos de 2007 a 2009, demonstrando que independentemente da diferença de valores aplicados por cada uma

das escolas pesquisadas (tendo em vista a própria diferença de recursos disponíveis), a categoria de priorização de despesas se manteve a mesma:

Gráfico 5: Comparação entre média de despesas per capta das escolas municipais e estaduais pesquisadas no período de 2007 a 2009



OS "ACHADOS" DA PESQUISA E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha-se feito um grande esforço para tentar captar as características dos programas de descentralização de recursos financeiros para as escolas públicas e de seu funcionamento em diferentes instâncias de secretarias de educação do município e do estado de São Paulo, há sem dúvida ainda muitos outros aspectos que devem ser futuramente investigados para que se explore sobre o caráter que envolve as políticas de descentralização dos recursos para além das concepções, procedimentos e formas administrativas que as sustentam, mas sim o que elas têm representado na prática, tendo em vista informações e dados obtidos em campo.

As reflexões relacionadas abaixo foram extraídas do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que seu deu a partir da pesquisa relatada na presente apresentação, denominado "Gestão dos recursos financeiros descentralizados destinados às escolas

públicas de São Paulo: seus montantes, processos participativos e procedimentos legais e administrativos envolvendo sua execução" (VIANA, 2010), sintetizando algumas ponderações, análises preliminares, recomendações e questionamentos sobre a pesquisa em questão:

- Tem sido de fato estimulada, promovida, orientada e acompanhada pelos órgãos centrais do sistema de educação a gestão democrática dos recursos da escola? As entrevistas e as próprias atas que documentam as reuniões realizadas pelas APMs e CEs das escolas pesquisadas demonstram que não, já que foram observadas diversas atas com baixo número de participates, pobre descrição das discussões, poucas reuniões envolvendo assuntos sobre gestão financeira escolar, dentre outras questões apresentadas pelos entrevistados durante as entrevistas, como falta de tempo e motivação da comunidade escolar para participar de sua gestão.
- Os recursos descentralizados transferidos diretamente às escolas têm sido disponibilizados de forma a promover de fato a autonomia financeira e pedagógica da escola? A maior parte dos profissionais da educação entrevistados pela pesquisa respondeu que a escola não tem nenhuma autonomia financeira, pois a aplicação de seus recursos segue o que é possibilitado e definido pelas normas e pelos montantes pré-delimitados pelos órgãos considerados superiores à escola. Em relação à autonomia pedagógica, alguns entrevistados responderam que além dela estar ligada à autonomia financeira da escola – e, portanto, sujeita à ela para que certos projetos pedagógicos sejam viabilizados financeiramente –, a autonomia pedagógica da escola é na verdade "decretada" – palavra usada pelos entrevistados – pelas secretarias e órgãos centrais, pois estes, na verdade, vetam certos projetos pedagógicos elaborados pela comunidade escolar (como foi o caso exposto pela CP da Escola 1) e "impõem" suas propostas curriculares – como manuais a serem seguidos e avaliados por exames institucionais – sem abrir de fato espaço aos projetos e iniciativas das próprias escolas e diminuindo assim sua autonomia pedagógica.
- Repassar recursos para as escolas mesmo sem que elas disponham de tesouraria, ou departamento financeiro/contábil, ou ao menos funcionário específico para lidar com os processos burocráticos que envolvem a utilização destes recursos financeiros, não seria uma forma descomprometida de transferência de recursos

públicos? Afinal, os entrevistados que lidam com a movimentação, aplicação e prestação de contas das verbas (diretores, membros da APM etc.) ressaltaram a falta de agilidade e praticidade destes procedimentos e colocaram a necessidade de haver uma pessoa responsável por eles – na Escola 2 a diretora informou que contratou uma assistente para lidar com estas questões, e na Escola 1 a diretora conta com a ajuda de uma professora readaptada com a função de realizar os processos de utilização e aplicação dos recursos provenientes do PDDE e PTRF além de contar com a ajuda também da vice-diretora, que se responsabilizou pela utilização e prestação de contas dos recursos provenientes da Verba de Adiantamento. Nas entrevistas, todos observaram sobre o enorme dispêndio de tempo e energia para lidar com os processos burocráticos que envolvem a utilização dos recursos financeiros transferidos à escola.

- As despesas com materiais e serviços fundamentais para o bom funcionamento cotidiano da escola – expediente, limpeza, manutenção etc. – não seriam menores (ou mais bem gastas) se fossem feitas pelos órgãos centrais de forma planejada e dialogada com as necessidades das escolas?
- Seria a descentralização financeira às escolas uma forma dos governos se omitirem de sua responsabilidade frente à demanda pela qualidade do ensino e transferirem esta responsabilidade às escolas? Ou seja, caso as mesmas tenham maus desempenhos nos exames institucionais, ou tenham suas estruturas danificadas, falta de materiais cotidianos etc., seriam elas as responsabilizadas por estas questões e não os órgãos centrais do sistema educacional? A descentralização, por este ponto de vista, poderia estar mais vinculada à racionalidade política e ao descompromisso do governo do que à descentralização financeira ou pedagógica (SOUZA, 2006).
- Pode-se dizer que a descentralização de recursos financeiros às escolas promove de fato a participação e autonomia escolar, em especial para a realização de seu Projeto Político Pedagógico, se, na verdade, praticamente metade ou até a maior parte dos recursos destinados às escolas está voltada aos processos burocráticos aqui referidos tratam das normas e procedimentos legais, administrativos e organizacionais para lidar com recursos financeiros públicos e suas aplicações, os quais envolvem movimentação, orçamentos, compras, organização de Notas Fiscais, prestação de contas, criação de balancetes e relatórios de despesas etc. –

processos burocráticos estes, que de maneira nenhuma são considerados desnecessários, afinal tratam de recursos públicos que devem ser obrigatoriamente otimizados e fiscalizados, mas que podem, com efeito, ser mais ágeis e transparentes ainda mais se contarem, para tanto, com o trabalho de um funcionário escolar específico.

- despesas não diretamente ligadas ao âmbito pedagógico e não apresentam em sua legislação a necessidade de gestão participativa? Ou seja, o que se quer dizer aqui é que os recursos transferidos não são, em sua maior parte, voltados para a promoção da participação e decisão sobre os materiais necessários à viabilização do projeto pedagógico da escola, mas sim à sua manutenção, conservação, reparos imediatos e emergenciais – que não deixam ter estar ligados, é claro, às necessidades da escola e ao seu bom funcionamento, porém, não têm demonstrado promover, de acordo com as escolas pesquisadas, a autonomia da escola e sua a gestão financeira democrática. Neste sentido, nas escolas pesquisadas, eles pareceram não depender da discussão e decisão conjunta, mas da deliberação do diretor da escola frente à urgência do gasto ou sua relevância básica e fundamental. Deve-se pensar que mesmo quando tratando-se de materiais regulares, de expediente da escola, ou de sua conservação e manutenção emergencial, deve haver disposições nas legislações que os definem quanto a gestão participativa e democrática para que estes recursos (que foram praticamente maioria nas escolas da amostra), mesmo que sem se referirem diretamente ao âmbito pedagógico, contem com debates e a promoção de processos decisórios a favor da autonomia financeira e pedagógica da escola, da formação de seus sujeitos, do exercício participativo e político, o envolvimento da comunidade nas relações e decisões da escola, a qualidade do ensino etc..

Estas indagações são fundamentais para aferir se as políticas de descentralização de recursos financeiros às escolas estão ligadas realmente ao comprometimento com a melhoria da qualidade de ensino e `as especificidades das unidades escolares, ou se elas estão ligadas à simples transferência de responsabilidades dos órgãos administrativos para o órgão final, que é a escola.

Pode-se concluir que as políticas de descentralização financeira se constituem como importantes conquistas das lutas por maiores recursos à Educação e das reivindicações para a ampliação da autonomia da escola e participação na gestão escolar, porém, deve-se considerar os seus aspectos positivos e seus aspectos falhos para corrigi-los e mante-los sempre em acompanhamento, (re)avaliando-os para que a disponibilização de recursos descentralizados às escolas nunca venha a prejudicá-la, mas pelo contrário, venha favorecer a melhor aplicação dos recursos públicos e a aquisição de materiais e serviços que favoreçam a qualidade do ensino, comprometida com a formação de sujeitos, cidadãos e trabalhadores da sociedade.

A escola pública deve propiciar uma formação democrática que, ao proporcionar valores e conhecimentos privilegiando o diálogo e o desenvolvimento crítico das consciências dos educandos, os capacite e os encoraje a exercerem ativamente sua cidadania na construção de uma sociedade melhor. A escola deve pautar-se pela realização de objetivos nas dimensões individual e social dos educandos, focando a formação para o seu bem-estar pessoal e cultural, mas também a formação cidadã, tendo em vista sua contribuição para a sociedade, voltada à Educação para a democracia. (PARO, 2001).

A verdadeira democracia é caracterizada pela participação ativa e coletiva na vida pública, por isso, é preciso que a Educação se preocupe em dotar os alunos das capacidades culturais exigidas para exercerem essa atribuição, realizando na escola um exercício de participação política e de cidadania. A gestão democrática poderia revestir-se de um caráter transformador, na medida em que, indo contra os interesses de conservação social, contribuísse para a instrumentalização cultural das classes trabalhadoras, dando condições para o agir e o interagir, participar e também decidir, no sentido de que todos governam juntos. (PARO 2001; PARO, 2005).

A pesquisa espera contribuir para que estudos continuem levando em conta a concretude da escola e a ação de seus atores para a formulação de políticas públicas, pois pensa-se que não se podem traçar políticas públicas de qualidade sem o conhecimento da prática da escola, de seus avanços e impasses, para que haja coerência entre os discursos e a realidade.

As políticas públicas em Educação devem compreender a função escolar de formação para a democracia, com projetos e medidas que adotem essa função de forma explícita e estruturada, planejando os recursos públicos para a educação com qualidade, possibilitando a efetiva autonomia e participação escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, Belmira Oliveira. Financiamento da educação e associações de pais e mestres. **Revista da ANDE.** n.15, p.11-16, 1995.

DAVIES, Nicholas. **Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?** 1. ed. São Paulo: Xamã, 2004. v. 1. 166 p.

GHANEM JR., Elie George Guimarães. **Lutas populares, gestão democrática e qualidade da escola pública**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FEUSP, 1992.

GHANEM JR., Elie George Guimarães.O que pode significar a gestão da educação. In: LUZ, Liliene Xavier (org.) **Gestão, Financiamento e Controle Social da Educação.** Teresina, PI: [s.n.], EDUFPI, 2005.

LUZ, Liliene Xavier (org.) **Gestão, Financiamento e Controle Social da Educação.** Teresina, PI: [s.n.], EDUFPI, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. O financiamento público da educação e seus problemas. In OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Política Educacional: impasses e alternativas.** São Paulo : Cortez, 1995, p. 123-144.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. 1. ed. Brasília: Plano, 2000. v. 1. 181 p.

POLO, José Carlos. Autonomia de Gestão Financeira da Escola. In: GIÁGIO, Mônica. RODRIGUES, Maristela. (orgs.) **Guia de Consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRASEM III**. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2001. p.280-290.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Análise dos recursos disponíveis em 13 escolas públicas no estado do Paraná. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa. SOUZA, Ângelo Ricardo. TAVARES, Thaís Moura. (orgs). **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: ED. da UFPR, 2006. p. 249-267.

VIANA, Mariana Peleje. **Gestão dos recursos financeiros descentralizados destinados às escolas públicas de São Paulo**: seus montantes, processos participativos e

procedimentos legais e administrativos envolvendo sua execução. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2010.

Documentos legais:

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Lei 9394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.**

BRASIL. **Emenda Constitucional n.14/96.** Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

BRASIL. **Lei 9424/96.** Regulamenta a Emenda Constitucional nº14/96.

BRASIL. Ministério da Educação. FNDE. **Resolução n° 003, de 27/02/03 -** Dispõe sobre o PDDE.

PMSP. **Lei nº 10.513/88**. Dispõe sobre o regime de adiantamento, a que se referem os artigos 68 e 69 da Lei Federal 4.320/64, e dá outras providencias.

PMSP. **Decreto nº 40.533/01.** Regulamentações sobre o adiantamento bancário.

PMSP. **Lei Nº 13.991, de 10 de junho de 2005 -** institui o programa de transferência de recursos financeiros às associações de pais e mestres das unidades educacionais da rede municipal de ensino.

Notas:

[i] Artigo submetido à Associação Nacional de Política e Administração da Educação para inscrição de comunicação oral de pesquisa a ser apresentada no XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, no período de 27 a 30 de maio de maio de 2013.

[ii] Mariana Peleje Viana é pedagoga, formada pela Faculdade de Educação da USP (FEUSP), ex-professora da rede pública municipal de São Paulo, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da FEUSP, com pesquisa na linha "Estado, Sociedade e Educação" e área específica ligada a políticas públicas, financiamento e gestão da Educação no Brasil e em São Paulo.

[iii] Rubens Barbosa de Camargo atualmente é Professor Doutor na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) com atuação, ensino e pesquisa sobre temas ligados a gestão democrática de sistemas e de unidades escolares, custos da educação, análise de políticas educacionais e financiamento público da educação. Foi Conselheiro do Conselho Municipal de Educação de São Paulo (2001 a 2008) e Conselheiro do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef do Município de São Paulo (2004 a 2008), Ex-Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de São Carlos (2001) e Ex-Secretário Municipal de Educação do Município de Suzano (2005 e 2006).

[iv] A parcela referente à arrecadação de impostos (excluindo, portanto, as contribuições e as taxas) é constitucionalmente vinculada à Educação (nunca menos de 18% destes recursos por parte da União e 25 %, no mínimo, para os Estados e Municípios, segundo o Art. 212 da CF/88). Além disso, a LDB estabelece (especialmente nos artigos 70 e 71) onde estes recursos financeiros podem ser utilizados como manutenção e desenvolvimento do ensino.